

A luta dos trabalhadores contra o fascismo



Por KARL KORSCH*

Os trabalhadores, em todas as suas divisões, tiveram uma grande participação nas ilusões da produção de mercadorias e em sua expressão política, nas ilusões da democracia

“Democracia” - um nome próprio para a estrutura tradicional da sociedade capitalista atual - está travando uma batalha perdida contra as forças atacantes do fascismo (nazismo, falangismo, guardião de ferro etc.). Os trabalhadores aguardam. Eles parecem repetir o que seus antecessores, os trabalhadores revolucionários de Paris em 1849, disseram a respeito da luta final entre os líderes de uma democracia liberal auto-derrotada e o chefe quase-fascista de um novo imperialismo napoleônico, Luís Bonaparte.

Eles dizem (como interpretado por Marx e Engels): “C'est une affaire pour Messieurs les burguois.” (Desta vez, é uma questão a ser resolvida entre os chefes).

O “segredo” subjacente às batalhas verbais entre “totalitarismo” e “anti-totalitarismo” e a mais importante luta diplomática e militar entre o Eixo e o grupo anglo-americano de potências imperialistas é o fato histórico de que o pior e o mais íntimo inimigo da democracia hoje não é Herr Hitler, mas a própria “democracia”.

No entanto, este não é um problema de “personalidade dividida”, nem pode ser explicado como um “complexo de inferioridade”, ou “complexo paterno”, ou qualquer outra criação nobre da psicologia freudiana. Nem sequer é um conflito entre a velhice e a juventude, ou, como a senhora Lindbergh coloca, entre “as forças do passado e as forças do futuro”.

Os fatos reais subjacentes a todas essas frases sonoras não devem ser procurados em nenhum outro lugar senão - reinserindo Marx - na base material de todos os conflitos ideológicos, isto é, na estrutura econômica da sociedade contemporânea ou no impasse que o capitalismo moderno tem alcançado na atual fase de seu desenvolvimento histórico.

Ambiguidades da democracia

Não devemos, contudo, tirar conclusões precipitadas. Antes de explicarmos as razões básicas para as ambiguidades da “democracia” em sua atual “luta” contra o desafio fascista, devemos lidar um pouco mais de perto com o próprio fenômeno. Devemos mostrar que a divisão assumida, embora não exista em nenhum sentido psicológico, antropológico ou cósmico, ainda existe como uma divisão muito real no que, por falta de um termo melhor, continuaremos chamando de “consciência de classe” dos estratos dominantes da sociedade atual.

Não desperdiçaremos tempo discutindo as formas mais conspícuas em que essa condição se manifesta - uma guerra mundial entre duas partes igualmente capitalistas daquele grande poder capitalista que governa o mundo hoje e a divisão aberta de cada um dos países combatendo partidos em facções opostas. Apesar de que, em nossa era verdadeiramente “chinesa”, todos os partidos e facções se esforçam acima de tudo para “salvar a cara” escondendo seus próprios empréstimos e emprestando os slogans de seus oponentes e fingindo “não oferecer qualquer solução”. Hoje é suficientemente claro que as mesmas divisões que se tornaram visíveis no colapso da Noruega, Holanda, Bélgica e França existem e se desenvolvem de várias formas, tanto nas verdadeiras lutas como nas democracias “neutras”. Isso, por si só, é suficiente para provar que a atual “guerra” é fundamentalmente uma “guerra civil” e será decidida no futuro, exatamente como tem sido até agora, não pelas forças militares relativas, nem mesmo pela força econômica dos países combatentes,

mas com a ajuda que a força atacante do fascismo obterá de seus aliados nos países “democráticos”. A principal tarefa dos parágrafos seguintes é lidar com a maneira menos conspícuia pela qual esse conflito interno permeia a “consciência” de todo grupo, de toda instituição e, por assim dizer, de cada membro da atual “democrática” sociedade, mas com a ajuda que a força atacante do fascismo obterá de seus aliados nos países “democráticos”.

O público americano hoje odeia e teme a crescente ameaça do fascismo. É necessário um interesse fervoroso pelas várias formas oficiais e não oficiais da busca por “cavalos de Troia” e “quintos colonistas”. Ela se prepara para a defesa das tradições democráticas contra o ataque que é aproximado de nossos sapatos pelo progresso da guerra nazista na Europa, África e Ásia. Ao mesmo tempo, uma parte crescente desse público americano está secretamente convencida dos vários benefícios materiais que poderiam ser derivados para a chamada elite e, em menor grau, para a massa do povo, da aceitação de métodos fascistas no campo da economia, política e, talvez, até para a promoção dos chamados interesses culturais e ideológicos mais elevados. É capaz de considerar as próprias instituições e ideais pelos quais está preparado para “lutar” como uma espécie de “fraux frais” de produção, conduzir os negócios de uma administração moderna e eficiente e combater uma guerra moderna. Nunca considerou seriamente os métodos “democráticos” como um meio adequado para administrar uma importante empresa privada ou, nesse caso, um sindicato semelhante a uma empresa. Preferiria, no geral, ter seu bolo e comê-lo também, ou seja, aplicar esses novos métodos surpreendentemente bem-sucedidos para obter a maior vantagem possível e, ao mesmo tempo, manter um “máximo” viável das comodidades “democráticas” tradicionais.

É fácil perceber que esse apego mais ou menos platônico à grande tradição democrática, apesar das vantagens materiais supostamente superiores dos métodos fascistas, oferece pouco conforto para as perspectivas reais da democracia em tempos de uma crise séria e até então inconquistável. De fato, um número crescente de porta-vozes mais importantes, os “especialistas” mais vociferantes e os verdadeiros amigos da democracia começam a expressar sérias dúvidas sobre se sua lealdade inflexível aos “valores subjacentes da tradição democrática americana” ainda não degenerou em um hobby caro que a nação pode, ou, a longo prazo, pode não ser capaz de pagar. (Esse sentimento se tornou mais evidente na resposta excessiva da maior parte do público “democrático” americano ao livreto de Anne Lindbergh).

Existem alguns campos definidos em que mesmo os opositores mais fervorosos da crueldade dos princípios fascistas admitem uma superioridade inegável das realizações totalitárias. Há, por exemplo, admiração universal pelo esplêndido trabalho realizado pela propaganda nazista. Existe uma crença generalizada no pleno sucesso do ataque nazista contra as pragas mais incuráveis da sociedade democrática moderna. Supõe-se que o fascismo tenha abolido o desemprego em massa permanente e, com um golpe ousado, tenha liberado os freios da livre iniciativa por disputas salariais e agitação trabalhista. Há um acordo tácito de que uma adoção abrangente de métodos fascistas será necessária em tempos de guerra.

Uma píta econômica

O testemunho mais impressionante da crença implícita da democracia atual em uma superioridade esmagadora dos métodos fascistas pode ser encontrado em um documento oficial publicado em junho de 1939 pelo Comitê de Recursos Nacionais, que trata das características básicas de The Structure of the American Economy^[1]. Faremos amplo uso deste relatório quando abordarmos a questão principal de nossa presente investigação. No momento, porém, desconsideramos as importantes descobertas feitas pelo Dr. Gardiner C. Means e sua equipe em relação ao atual estado da economia americana. Lidaremos exclusivamente com a previsão das chances de sobrevivência do princípio democrático que é revelado nas declarações gerais contidas na introdução e conclusão^[2].

Os autores do relatório partem de uma descrição impressionante da conhecida “falha” do atual sistema econômico em usar efetivamente seus recursos gigantescos: “Os recursos são desperdiçados ou usados de maneira ineficaz, pois partes da organização ficam desajustadas entre si, ou como a organização falha em se ajustar às novas condições; como indivíduos não conseguem encontrar ou são impedidos de encontrar o campo de atividade mais útil; como recursos materiais não são utilizados ou como seu uso efetivo é impedido por barreiras humanas; e como a tecnologia mais eficaz não é usada ou seu uso é impedido”.

Eles tentam estimar e imaginar a “magnitude dos resíduos” que resultou dessa falha durante os anos de depressão e os

anos anteriores à depressão. De acordo com essa estimativa, a perda pela depressão na renda nacional devido à ociosidade de homens e máquinas entre 1929 e 1937 foi “na magnitude de 200 bilhões de dólares em bens e serviços”. Essa renda extra seria suficiente para fornecer “uma nova casa de US \$ 6.000 para todas as famílias do país”. A esse custo, “todo o sistema ferroviário do país poderia ter sido destruído e reconstruído cinco vezes”. É equivalente ao custo de reconstruir toda a “planta agrícola e industrial” existente do país^[31]. Mesmo no pico do ano anterior à depressão, em 1929, tanto a produção quanto a renda nacional poderiam ter aumentado 19%, apenas colocando em funcionamento os homens e as máquinas que estavam ociosas naquele ano, mesmo sem a introdução de técnicas aprimoradas de produção^[41].

Os autores passam a lidar com o “impacto” desse desperdício na comunidade, refletido no desenvolvimento de um “sentimento de frustração social” e em “agitação social justificada e atrito inevitável”. Eles começam, no entanto, a mostrar uma hesitação em suas convicções democráticas quando prosseguem, no parágrafo seguinte para discutir a “tremenda oportunidade” e o “grande desafio” que esse grande desperdício de recursos e mão de obra apresenta hoje para a nação americana. O “grande desafio” da democracia assume de imediato as características sinistras de uma tragédia iminente: “Quanto tempo essa oportunidade estará aberta à democracia americana envolve uma questão séria. A oportunidade para um padrão de vida mais alto é tão grande, a frustração social pelo fracasso em obtê-lo tão real que, sem dúvida, outros meios serão buscados se uma solução democrática não for elaborada. O tempo para encontrar uma solução desse tipo não é ilimitado.” E eles revelam seu sentimento mais íntimo quanto às probabilidades de uma “solução democrática” dessa tremenda tarefa pela própria linguagem na qual finalmente “declararam o problema” decorrente dos resultados de sua investigação.

Esse problema, o problema básico enfrentado pelos estadistas econômicos hoje em dia, pode ser afirmado da seguinte forma: Como podemos obter um uso eficaz de nossos recursos, ainda, ao mesmo tempo, preservar os valores subjacentes em nossa tradição de liberdade e democracia? Como podemos empregar nossos desempregados, como podemos usar nossas instalações e equipamentos ao máximo, como podemos tirar proveito da tecnologia moderna? Ainda em tudo isso fazer do indivíduo a fonte de valor e a realização individual na sociedade o objetivo básico? Como podemos obter uma organização eficaz dos recursos, mas, ao mesmo tempo, reter a máxima liberdade de ação individual?

Esse mesmo sentimento derrotista permeia, por assim dizer, todo este documento oficial, de outra forma mais valioso. Em nenhum lugar existe uma tentativa inequívoca de reivindicar para os princípios democráticos qualquer valor ou utilidade material para restaurar os bons velhos tempos do capitalismo ou para promover uma expansão ainda maior das forças produtivas da comunidade econômica americana. Não há nada além de um desejo sentimental por uma política que não seria totalmente incompatível com uma lealdade mais ou menos verbal a alguns remanescentes das tradições “democráticas” e “liberais” e o que ainda pode funcionar, bem como os métodos fascistas, que eles nunca questionam. Assim, toda a orgulhosa tentativa de conquistar um novo mundo de prosperidade e de pleno uso dos recursos e mão-de-obra da democracia americana se resume a um pronunciamento sobre o resultado da iminente luta entre democracia e fascismo que, em sua sinistra ambiguidade, rivaliza com o bem conhecido oráculo da sacerdotisa de Delfos. “Se Croesus pretende conquistar o país além dos Halys, ele destruirá um grande império”, disse o oráculo da Grécia antiga. “Se o atual governo dos EUA se propuser a vencer os problemas de recursos não utilizados e o desemprego em massa, destruirá uma importante forma de governo”, ecoa o oráculo econômico de nosso tempo.

Um novo campo de batalha

Parece que, pelas observações anteriores, os trabalhadores estão certos quando pensam duas vezes antes de ouvir os generosos convites que lhes são oferecidos a cada trimestre, incluindo a maioria de seus ex-líderes, para esquecer, por enquanto, sobre suas próprias queixas contra o capital e unir de todo o coração na luta contra o inimigo comum. Os trabalhadores não podem participar da “luta da democracia contra o fascismo” pela simples razão de que não existe tal luta. Lutar contra o fascismo significa que os trabalhadores dos países até então democráticos lutam antes de tudo contra o ramo democrático do fascismo dentro de seus próprios países. Para começar sua própria luta contra a nova e mais opressiva forma de capitalismo que está oculta nas várias formas de pseudo-socialismo oferecidas a eles hoje, primeiro eles precisam se libertar da ideia de que ainda é possível para o capitalismo atual “voltar o relógio” e retornar ao capitalismo pré-fascista tradicional. Eles devem aprender a combater o fascismo em seu próprio terreno, o que, como dissemos antes, é

totalmente diferente do conselho muito popular, mas de fato autodestrutivo, de que os antifascistas deveriam aprender a combater o fascismo adotando métodos fascistas.

Sair do terreno em que a luta de classes dos trabalhadores contra o capitalismo foi travada na época anterior para o terreno em que deve ser continuado hoje pressupõe uma visão completa de um fato histórico que não é menos um fato, porque serviu como uma teoria base para as reivindicações do fascismo. Esse fato histórico que finalmente chegou hoje pode ser descrito, como uma primeira abordagem, negativa ou positiva, em qualquer um dos seguintes termos: Fim do mercado, Fim do capitalismo competitivo, "Fim do homem econômico"; Triunfo da burocracia, de regra administrativa, do capitalismo monopolista; era dos planos russos de quatro anos, batalhas italianas no trigo, "Wehrwirtschaft" alemão; Triunfo do Capitalismo de Estado sobre Propriedade Privada e Empresa Individual.

A tendência para essa transformação foi inicialmente vista pelos primeiros socialistas em suas críticas às esperanças milenares dos apóstolos burgueses do livre comércio. Mais tarde, isso foi cada vez mais negligenciado pelos escritores socialistas na tentativa de adaptar suas teorias às necessidades das frações progressivas da burguesia. Quando finalmente foi revivido, por volta da virada do século atual, já estava destinado como podemos ver hoje - para servir não aos propósitos da revolução socialista, mas aos objetivos da contrarrevolução imperceptivelmente crescente. Veremos atualmente que hoje qualquer outra negação do fato consumado se tornou impossível, mesmo para os defensores fervorosos dos sonhos tradicionais da economia burguesa.

A comunidade corporativa

Para uma descrição mais detalhada e confirmação factual desta afirmação geral, voltamos novamente ao documento discutido acima, que contém, tanto quanto o escritor pode ver, de longe a mais abrangente, mais confiável e, ao mesmo tempo, mais dramática informação apresentada sobre o assunto. Quando este relatório do governo sobre a estrutura da economia americana se tornou conhecido pelo público americano, a principal sensação foi criada por sua cuidadosa prova estatística de que mesmo as estimativas mais ousadas feitas anteriormente estavam muito abaixo do grau de concentração monopolística realmente atingida pela economia americana. De acordo com as estatísticas fornecidas e explicadas nos capítulos 7 e 9 e nos apêndices 9 a 13 do relatório - que atualizam os números publicados em 1930 por Berle e Means na *The Modern Corporation and Private Property* - as cem maiores empresas manufatureiras deste país em 1935 empregavam 20,7% de toda a mão de obra envolvida na fabricação; representaram 32,4% do valor dos produtos relatados por todas as fábricas; e contribuíam com 24,7% de todo o valor agregado na atividade manufatureira.

Embora existam alguns casos em que essas grandes empresas abrangem quase todo o setor (indústria de aço, petróleo, refino, borracha e fabricação de cigarros), as indústrias manufatureiras, em média, não podem competir com o grau de concentração muito mais alto alcançado por ferrovias e serviços públicos. Do número total das duzentas "maiores empresas não financeiras listadas no relatório, aproximadamente metade são ferrovias e serviços públicos; as ferrovias incluídas nesta lista em 1935 operavam mais de 90% da milhagem ferroviária do país, enquanto as concessionárias representavam 80% da produção de energia elétrica, para a maioria dos serviços de telefonia e telégrafo dos EUA, e grande parte das instalações de trânsito rápido de Nova York, Chicago, Filadélfia, Boston e Baltimore. Não menos surpreendentes são os números relativos às cinquenta "maiores empresas financeiras", incluindo trinta bancos, dezessete companhias de seguros de vida e três fundos de investimento, cada um com ativos de mais de 200 milhões de dólares. Os trinta bancos juntos detêm 34,3% dos ativos bancários do país fora dos bancos do Federal Reserve, enquanto as dezessete empresas de seguros de vida respondem por mais de 81,5% dos ativos de todas as empresas de seguros de vida. Há um grau igualmente alto de concentração no campo de atividades governamentais. As vinte "maiores unidades governamentais" juntas empregam 46% de toda a mão de obra empregada no governo, excluindo os programas de assistência ao trabalho. O maior deles, o governo federal, é de longe a maior "corporação" única do país; só os correios empregavam em 1935 quase tantas pessoas quanto o maior empregador corporativo.

Todos esses números, no entanto, não contam metade da história da concentração empresarial americana. Muito mais é mostrado por uma divisão do número total em grandes categorias industriais e por uma investigação sobre o crescimento da importância relativa de todas as empresas não financeiras em 1909 para mais de cinquenta e quatro por cento em 1933. E todo o cenário começa a revelar seu verdadeiro significado quando o relatório se esforça para mostrar o tremendo grau de inter-relações por meio das quais "as administrações da maioria das grandes empresas são reunidas no que pode ser

chamado de *comunidade corporativa*" [itálico de KK]. Esta é realmente uma imagem que pode curar as ilusões dos mais inocentes crentes naquele "espírito de livre iniciativa" que deve ser protegido por "todos os meios que não sejam de guerra" da ameaça sinistra do "totalitarismo". Há muito pouca diferença entre essa "coordenação" econômica que é alcançada, e às vezes não alcançada, pelos decretos políticos do nazismo vitorioso, fascismo e bolchevismo, e essa nova "comunidade corporativa" que foi criada por um lento mas incansável processo neste país através do sistema de "diretorias interligadas", através das atividades das principais instituições financeiras, através de grupos de interesses específicos, através de empresas que prestam serviços jurídicos, contábeis e similares às grandes empresas, através de "participações societárias" e vários outros dispositivos.

Após um estudo cuidadoso do funcionamento de todos esses dispositivos diferentes, o relatório atinge seu clímax, revelando que nada menos que 106 das 250 maiores empresas industriais e financeiras acima mencionadas e quase dois terços de seus ativos combinados são controlados por apenas "oito ou mais grupos de interesse menos claramente definidos". (Mesmo essa estimativa, conforme apontado pelos próprios autores, fica muito aquém da realidade: "Nenhuma tentativa é feita para incluir os ativos de empresas menores que se enquadram na mesma esfera de influência, embora muitos possam ser nomeados". Deficiências mais importantes serão discutidas abaixo.) Para dar uma ideia da importância desse fato, devemos nos restringir a alguns dados relativos a cada um desses oito grupos de mamutes.

(1) Morgan-First National. Inclui treze empresas industriais, doze empresas de serviços públicos, onze grandes ferrovias ou sistemas ferroviários (controlando 26% da milhagem ferroviária do país) e cinco bancos. Total de ativos:

(Milhões de dólares)	
Industriais	3.920
Serviços de utilidade pública	12.191
Trilhos	9.678
Bancos	1.421
Total	30.210

(2) Rockefeller. Controla seis companhias de petróleo (sucessoras da Standard Oil Co. dissolvida), que representam 4.262 milhões de dólares, ou mais da metade do total de ativos da indústria de petróleo, e um banco (Chase National, o maior banco do país; ativos: 2.351 milhões de dólares).

(3) Kuhn, Loeb. Controla treze grandes ferrovias ou sistemas ferroviários (22% da milhagem ferroviária do país), uma concessionária e um banco. Ativo total: 10.853 milhões de dólares.

(4) Mellon. Controla cerca de nove empresas industriais, uma ferrovia, duas concessionárias, dois bancos. Ativo total: 3.332 milhões de dólares.

(5) Grupo de Chicago. Controla, com base nas diretorias interligadas, quatro empresas industriais, três empresas de serviços públicos e quatro bancos. Ativo total: 4.266 milhões de dólares.

(6) Du Pont. Compreende três empresas industriais de alto escalão e um banco. Ativo total: 2.628 milhões de dólares.

(7) Grupo Cleveland. Os interesses da Mather controlam, através da Cleveland-Cliffs Iron Co., as quatro chamadas siderúrgicas independentes; controla duas outras empresas industriais e um banco. Total de ativos: 1.404 milhões de dólares.

(8) Grupo de Boston. Inclui quatro empresas industriais, duas empresas de serviços públicos, um banco. Ativo total: 1.719 milhões de dólares.

Ao interpretar esta lista, o leitor deve ter em mente que está longe de estar completa. Como vimos, os autores, em princípio, consideraram apenas interconexões entre as 250 maiores empresas não financeiras e financeiras. Mesmo dentro

desses limites, muitas empresas que “estão intimamente relacionadas com um ou outro desses grupos” foram deixadas de fora por razões técnicas. Por exemplo, a gigante International Paper and Power Corporation, que está igualmente intimamente relacionada a Boston e Rockefeller, não foi, portanto, atribuída aos grupos de Boston e Rockefeller. Dez elos igualmente importantes entre os oito grandes grupos de interesse são considerados no apêndice, mas são apenas levemente abordados no corpo do relatório.

Mesmo com essas restrições, a comunidade corporativa descrita neste relatório aparece como uma importante concentração do poder econômico e, portanto, também do poder político. O relatório não nega a importância dos controles que a comunidade corporativa “exerce sobre as políticas das grandes empresas, afetando toda a economia americana”. É igualmente consciente do seu significado político. Assim como os controles exercidos pelos grupos de interesse organizados – as grandes associações de capital e trabalho, por organizações de agricultores e consumidores, operam através do governo, o mesmo acontece com “alguns dos controles exercidos pela comunidade corporativa operam através do governo”. No entanto, diz o relatório: “Não se pretende sugerir que essas agregações de capital atuem como uma unidade sob o domínio de ditaduras individuais ou oligárquicas. O conteúdo social e econômico dos relacionamentos que os unem é muito mais sutil e variado do que isso.” Não seria fácil determinar exatamente qual grau de sutileza e variedade separa um exercício democrático de um exercício ditatorial de um poder descontrolado. Em vez disso, devemos confiar no julgamento de nossos especialistas quando eles nos dizem que a comunidade corporativa existente nos EUA hoje não é uma ditadura; é apenas uma “concentração da liderança econômica nas mãos de poucos”.

O fim do mercado

A descrição anterior do grau de concentração alcançado pelo capitalismo americano, por si só, não responde à pergunta crucial sobre se a atual estrutura dessa economia ainda está em conformidade com os princípios tradicionais do capitalismo “democrático”, ou se já assume as características da atual economia nazista, fascista e bolchevique. A história recente mostrou que uma forma “totalitária” de governo poderia ser imposta às economias comparativamente atrasadas da Rússia, Itália, Espanha e assim por diante, ao tipo de economia capitalista mais altamente concentrada que existia na Alemanha. Por outro lado, seria “teoricamente” possível imaginar um desenvolvimento pelo qual uma economia capitalista altamente concentrada ainda retivesse, de forma inalterada, toda a estrutura interna do capitalismo do século XIX.

A verdade real que é revelada em outra parte e, para o escritor, a parte mais significativa do relatório do Dr. Means é que esse milagre não aconteceu e que, pelo contrário, a mudança externa da estrutura da economia americana foi acompanhada por uma transformação ainda mais incisiva em sua estrutura interna e políticas operacionais.

Hoje, a economia americana não recebe mais seus impulsos decisivos da concorrência de empresas individuais em um mercado descontrolado (“livre”), mas tornou-se, em geral, um sistema manipulado. Bens ainda são produzidos como mercadorias. Ainda existe algo que se chama “preços” e ainda existem os três “mercados” capitalistas – bens, trabalho e valores mobiliários. Ainda existem algumas áreas consideráveis nas quais o “preço de um artigo ainda pode atuar, de certa forma, como um regulador da produção”. “A proporção de algodão e milho plantado nas fazendas do Arkansas varia de ano para ano, com a mudança nos relacionamentos nos preços dessas culturas, e reflete a operação dos mercados como uma influência organizadora.” No entanto, fora dessas áreas cada vez mais restritas – produtos agrícolas e valores mobiliários listados – a maior parte dos “preços”, incluindo taxas de mão-de-obra, não são mais estabelecidos no mercado livre. Eles são manipulados por decisões administrativas que são influenciadas em uma extensão variável, mas não mais – como antigamente – rigorosa e diretamente determinada pelas condições do mercado. Isso aparece, por exemplo, no preço de atacado de automóveis e implementos agrícolas que são definidos e alterados de tempos em tempos pelos respectivos fabricantes e, portanto, resultam de decisões “administrativas”.

O leitor deve ter cuidado aqui para distinguir entre os elementos da organização “administrativa” de produção que existem há muito tempo e que mudaram apenas em grau de importância, e esse outro aspecto que é inteiramente novo e ainda é amplamente ignorado pelos economistas de mentalidade tradicional.

O simples fato de a regra administrativa substituir o mecanismo do mercado na coordenação de atividades econômicas dentro dos limites de uma única empresa não tem novidade para o marxista. É verdade que mesmo esse fato assume uma nova importância sob condições de concentração moderna, como no caso da maior empresa americana, a AT&T. As

a terra é redonda

atividades de mais de 450.000 pessoas são coordenadas em um sistema administrativo. Também é verdade que houve um grande aumento na proporção em que as atividades econômicas da comunidade produtora são coordenadas administrativamente (dentro de empresas individuais) em comparação àquelas em que elas ainda são coordenadas através da mudança de preços e da interação de um grande número de vendedores e compradores independentes no mercado.

O problema decisivo, no entanto, que deve ser investigado se alguém quiser entender o processo que recentemente solapou o caráter democrático tradicional da sociedade americana está contido na questão de até que ponto essa mudança de proporção se reflete em toda a estrutura e operação da economia americana atual. É um grande mérito dos autores deste relatório que eles tenham investigado ao máximo esse problema decisivo e que sejam absolutamente inequívocos e francos sobre os resultados de sua investigação. Segundo eles, a economia americana como um todo foi transformada “de uma regulamentada pela concorrência impessoal para uma na qual as políticas são determinadas administrativamente”.

Eles nunca se cansam de repetir esse resultado mais importante e de descrever em termos mais impressionantes o “significado do amplo papel dos preços administrativos” que parece ser “inerente à economia moderna” e constitui “parte integrante da estrutura da atividade econômica”. Eles insistem repetidamente que “por mais que um papel que a administração de preços possa ter desempenhado nos primeiros anos deste século, pode haver pouca dúvida de que ela desempenha um papel dominante hoje”¹¹.

Não há espaço aqui para descrever em detalhes os 101 métodos e dispositivos pelos quais os preços, aparentemente estabelecidos pela lei da oferta e demanda em um mercado aberto, são de fato manipulados e controlados por “políticas de preços” muito definidas dos estratos decisivos da “comunidade corporativa”. Esses controles podem se originar de um ou de diferentes focos de controle. “Os fios do controle sobre a política trabalhista podem ser divididos entre a corporação e um sindicato, alguns ficam com a gestão corporativa e outros com os funcionários sindicais; linhas de controle sobre alguns aspectos da política podem recair sobre os órgãos governamentais, como no caso de padrões mínimos de trabalho ou regulamentos de utilidade pública; ainda outros tópicos podem recair sobre algum comprador dominante, ou um fornecedor de matérias-primas ou serviços etc.” Além disso, eles podem ser diretos e imediatos ou indiretos e intangíveis. “Eles podem operar simplesmente estabelecendo um clima de opinião dentro do qual as políticas são desenvolvidas.”

Eles podem ser inteiramente informais ou podem ser realizados por um ambiente formal e, em muitos casos, as linhas de controle formais e reais serão diferentes. Eles surgem de três fontes principais: posse de um ou mais dos “fatores de produção”, posse de ativos líquidos e, mais importante, posição em relação a uma operação em funcionamento.

O principal a entender é que a nova estrutura de controles que emerge dessas várias formas de controle não mercadológico (1) é inteiramente uma criança dos tempos modernos e (2) passou a permanecer por muito tempo.

Os controles exercidos sobre os preços e os mercados em escala nacional pelos principais membros da comunidade industrial superam em importância os conhecidos controles não mercadológicos até então exercidos pelas instituições financeiras por meio da administração de fundos de investimento - a chamada supremacia do capital financeiro. De fato, como demonstrado por investigações recentes ainda não incluídas neste relatório, a maioria das maiores empresas de negócios atualmente é autofinanciada e não depende mais da ajuda do agiotista e de suas organizações. Os controles estritamente “privados” exercidos pelos atos administrativos dos membros da comunidade corporativa são ainda mais importantes do que as antigas e novas formas de controle não mercadológico exercidas pelo governo (federal, estadual e local) por meio de suas políticas fiscais através da proteção de propriedade e execução de contratos, e assim por diante.

Tampouco a influência exercida no mercado pela ação de alguns poderosos grupos de pressão pode mais ser considerada uma invasão transitória e não “normal” nas atividades normais do comércio - assim como as influências exercidas no Congresso dos EUA por grupos de pressão política em Washington podem ser considerados uma anomalia. A constituição da comunidade corporativa tornou-se a constituição real dos EUA.

Resta a questão do funcionamento desse novo sistema. Como os “preços dominados pela administração”, que são alterados de tempos em tempos, substituem a flexibilidade praticamente ilimitada dos preços de mercado, tanto na reação às diferentes fases do ciclo industrial (prosperidade e depressão) quanto às mudanças estruturais tecnologicamente condicionadas? O Dr. Means e sua equipe estão inclinados a adotar uma atitude muito otimista em relação ao funcionamento do novo tipo de preços dominados pela administração. Eles veem claramente certas “distorções violentas” que surgiram durante os anos da última depressão e a “recuperação” subsequente do comportamento diferencial dos dois

tipos de preços que coexistem na economia americana: "Entre 1929 e 1932, houve uma queda considerável no índice de preços no atacado, mas essa queda foi composta por uma queda violenta nos preços das mercadorias dominadas pelo mercado, e houve apenas uma queda muito pequena ou inexistente na maior parte dos preços sujeitos a amplo controle administrativo. No período de recuperação de 1932 a 1937, grande parte dessa distorção foi eliminada [talvez novas distorções tenham sido criadas? -KK] pelos grandes aumentos nos preços dominados pelo mercado e pelo aumento relativamente pequeno na maior parte dos preços dominados pela administração."

No entanto, eles não atribuem esse distúrbio ao novo fenômeno do controle da administração de preços. Eles preferem tomar como certo que o mercado, embora "teoricamente" ainda seja capaz de agir como uma influência organizadora, na verdade não age mais dessa maneira benéfica. Por outro lado, provaram com satisfação que o grau de flexibilidade resultante da regulamentação administrativa da maior parte dos preços de bens, mão de obra e valores mobiliários parece suficiente para permitir que o reajuste gradual das relações de preços reflita as mudanças graduais nos desejos, nos recursos e nas técnicas de produção, se o nível de atividade econômica fosse razoavelmente bem mantido [ênfase de KK]. Assim, para os autores deste relatório, "as graves distorções na estrutura de preços resultantes da sensibilidade diferencial dos preços à influência da depressão refletem um papel desorganizador e não organizador que o mercado pode desempenhar" (p. 152).

Essa afirmação pode ser aceitável para nós, igualmente convencidos - embora de um ponto de vista totalmente oposto - da impossibilidade de manter ou restaurar as formas tradicionais da economia capitalista. Parece, no entanto, que eles tomam muito por garantido se assumirem que o nível de atividade econômica poderia ser razoavelmente bem mantido nas condições existentes da sociedade "democrática". Eles não nos dizem de que maneira pensam que essa condição será melhor atendida em um futuro próximo do que no passado recente. É bem possível que essa omissão traga por parte dos autores uma antecipação inconsciente de um futuro ditador que preencherá essa aparente lacuna na estrutura da economia americana. A única dica de uma solução desse problema crucial que pudemos descobrir no relatório é seu apelo patético a "uma maior compreensão do problema por parte de líderes de empresas, líderes trabalhistas, líderes agrícolas, líderes políticos e outros líderes do pensamento público".

O ponto de vista dos trabalhadores

Não nos propomos a discutir a "tarefa" dos trabalhadores. Os trabalhadores já executaram por muito tempo as tarefas de outras pessoas, impostas a eles sob os nomes sonantes da humanidade, do progresso humano, da justiça e da liberdade, etc. É uma das características redentoras de uma situação ruim que algumas das ilusões, até então sobreviventes entre a classe trabalhadora de sua participação passada na luta revolucionária da burguesia contra a sociedade feudal, finalmente foram explodidas. A única "tarefa" para os trabalhadores, assim como para todas as outras classes, é cuidar de si mesmos.

A primeira coisa que os trabalhadores podem fazer é deixar absolutamente claro para si mesmos que o antigo sistema de "livre comércio", "livre concorrência" e "democracia" chegou ao fim. Não importa tanto se descrevemos o novo sistema que o substituiu em termos de "capitalismo monopolista", "capitalismo de estado" ou "estado corporativo". O último termo parece mais apropriado ao escritor, pelo motivo de lembrar ao mesmo tempo o nome que foi dado à nova forma totalitária da sociedade após o surgimento do fascismo na Itália, há vinte anos. Há, no entanto, uma diferença. A comunidade corporativa dos EUA representa ainda apenas a "base econômica" de um sistema totalitário de pleno direito, e não sua superestrutura política e ideológica. Por outro lado, poder-se-ia dizer que em países atrasados como Itália e Espanha ainda existe apenas a superestrutura totalitária, sem uma base econômica totalmente desenvolvida.

Quanto ao "monopólio", não há dúvida de que toda concentração crescente de capital equivale a um aumento no monopólio. O próprio termo, no entanto, mudou de significado, uma vez que uma economia predominantemente competitiva foi substituída por um sistema predominantemente monopolista. Enquanto o "monopólio" era considerado uma exceção, se não um abuso, a ênfase estava nos lucros "excessivos" e "injustos" derivados de uma posição monopolista dentro de uma economia competitiva. Uma observação feita por Marx em uma crítica inicial de Proudhon foi recentemente aceita inconscientemente por um número crescente de economistas burgueses. "Competição", disse Marx, "implica monopólio, e monopólio implica competição." Assim, os termos "monopólio" e "concorrência" foram redefinidos recentemente para se referir aos "elementos de uma situação" e não à própria situação, que como um todo não é inteiramente monopolista nem totalmente competitivo. Em certo sentido, pode-se dizer hoje que todos (ou a maioria) dos

a terra é redonda

lucros são essencialmente lucros monopolísticos, assim como a maior parte dos preços se tornou preços monopolistas. O monopólio tornou-se não uma condição excepcional, mas geral, da economia atual.

Portanto, é bastante correto descrever o processo histórico aqui discutido como uma transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista; mas o termo monopólio, pela própria generalização da condição a que se refere, tornou-se um termo inteiramente descriptivo, não mais adequado para despertar qualquer indignação moral específica.

Da mesma forma, não há dano grave em descrever a economia americana como um sistema de "capitalismo de estado". No entanto, essa descrição não se encaixa tão bem nas condições americanas quanto no padrão geral das sociedades alemãs e outras sociedades europeias. Apesar dos poderes especiais de coerção investidos apenas nas autoridades políticas, as decisões administrativas emanadas de várias empresas econômicas controladas pelo governo tornaram-se as influências mais importantes exercidas pelo governo no funcionamento da economia dos EUA. Eles são coordenados com todas as outras formas de controles não mercadológicos que, juntamente com os remanescentes ainda existentes dos controles de mercado, constituem as características essenciais da "estrutura de controle" do atual sistema econômico. Os autores do relatório usam os termos "administração", "regras administrativas" e assim por diante, com referência a todos os tipos de controles não mercadológicos, sejam eles originários de agências governamentais, de diferentes tipos de organizações baseadas em interesses comerciais (ou, nesse caso, em trabalho, agricultor, interesses do consumidor) ou de empresas privadas e combina. Não há dúvida de que a posição do governo será consideravelmente fortalecida em caso de guerra. Mas mesmo isso não seria uma razão decisiva para chamar o sistema existente da economia americana de "capitalismo de estado", uma vez que a mesma condição ocorrerá em todos os países em guerra, sejam eles atrasados ou totalmente desenvolvidos, "competitivos" ou "monopolistas", sejam eles baseados em um sistema disperso ou concentrado de produção capitalista.

A segunda coisa que se espera que os trabalhadores façam, uma vez que a importância da mudança nas condições básicas da economia capitalista tenha sido plenamente experimentada e compreendida por eles, é reorganizar suas idéias revolucionárias e de classe até agora mais queridas. Quando Marx descreveu a sociedade capitalista como sendo fundamentalmente uma "produção de mercadorias", esse termo incluía para ele - e deveria incluir para todos aqueles que seriam capazes de entender a gíria "dialética" peculiar da antiga filosofia hegeliana - toda a supressão e exploração dos trabalhadores em uma sociedade capitalista totalmente desenvolvida, a luta de classes e suas formas cada vez mais fortes, até a derrubada revolucionária do capitalismo e sua substituição por uma sociedade socialista. Tudo bem, na medida do possível, exceto que hoje deve ser traduzido para um idioma menos misterioso e muito mais distinto e franco. Mas a ênfase de Marx na "produção de mercadorias" incluía outra coisa e, desta vez, algo que pode muito bem ter se tornado inadequado para a luta dos trabalhadores contra as duas espécies do "estado corporativo" que existem nos países fascistas e chamados democráticos hoje.

A ênfase no princípio da produção de mercadorias, isto é, a produção para troca por um mercado anônimo e sempre extenso, foi ao mesmo tempo uma ênfase nas funções positivas e progressivas que o capitalismo deveria cumprir expandindo a sociedade "civilizada" moderna em todo o mundo e, como Marx disse, "Transformando o mundo inteiro em um mercado gigantesco para a produção capitalista." Todos os tipos de ilusões estavam inevitavelmente ligados àquele grande empreendimento que era conduzido, por assim dizer, pela própria humanidade. Todos os problemas pareciam ser solucionáveis, todas as contradições e conflitos transitórios, e a maior felicidade possível para o maior número possível.

Os trabalhadores, em todas as suas divisões, tiveram uma grande participação nessas ilusões da produção de mercadorias e em sua expressão política, nas ilusões da democracia. Eles os compartilharam com todas as outras minorias suprimidas e estratos progressivos da sociedade capitalista - judeus, negros, pacifistas. Todo "reformismo" e "revisionismo" que distraíam as energias dos trabalhadores de seus objetivos revolucionários foram baseados nessas ilusões. O próprio advento do fascismo no mundo e sua intrusão nos santuários internos da democracia tradicional finalmente destruíram a força dessas ilusões. Em um artigo posterior, tentaremos traçar as características positivas de um novo programa para os trabalhadores em sua luta contra o inimigo de classe em sua nova e mais opressiva forma que, ao mesmo tempo, é mais transparente e mais exposto ao seu ataque.

***Karl Korsch** (1886-1961) foi professor na Tulane University (EUA). Autor, entre outros livros, de Marxismo e filosofia (UFRJ).

Tradução: **Leonardo da Cruz Boesing** para a revista [Crítica desapiedada](#).

a terra é redonda

Publicado originalmente no jornal ***Living Marxism***, inverno de 1941.

Notas

[1] À venda pelo Superintendente de Documentos, Washington, DC; vii; 396 pp.

[2] Cf. pp. 1-5, 171. Todas as citações nos parágrafos seguintes, senão marcadas de outra forma, são retiradas dessas páginas. [Ênfase de KK]

[3] Cf. p. 27.

[4] Cf. Capacidade de Produção da América, Brookings Institution, p. 422. Citado - p. 3).

[5] Cf. 116, 145, 155, 333, etc.